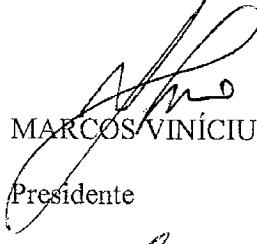


MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 13808.000554/00-82
Recurso nº 155.414
Resolução nº 1401-00.011 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Data 14 de maio de 2009
Assunto Solicitação de Diligência
Recorrente ENCIBRA S.A. ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA
Recorrida 1ª TURMA DA DRJ/SPOI

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da **PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**, por unanimidade de votos, CONVERTER o processo em diligência.


MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA

Presidente


MARCOS TAKATA

Relator

31 AGO 2009

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Carlos Alberto Gonçalves Nunes, Albertina Silva Santos de Lima, Hugo Correia Sotero, Valmar Fonseca de Menezes, Selene Ferreira de Moraes. Ausente justificadamente a Conselheira Silvia Bessa Ribeiro Biar.

Relatório

DO LANÇAMENTO

Em ação fiscal realizada na empresa recorrente, conforme relatado no “Termo de Verificação Fiscal” (fls.07), foi apurado que o contribuinte na “Ficha 07 – Demonstração do Lucro Real – PJ em Geral” da declaração do ano-calendário de 1995, compensou prejuízos fiscais dos períodos-base mensais de 1995. A fiscalização destaca que, “*A empresa, ao não elaborar balanços mensais de acordo com a legislação comercial e fiscal, optando pela apuração anual do imposto em sua declaração de rendimentos, ficou impossibilitada de comprovar os prejuízos mensais por ventura existentes*”.

Em decorrência de ter sido prejudicada a demonstração dos prejuízos apurados mensalmente, foi glosado o valor total compensado de R\$1.084.574,00 e lavrados os seguintes autos de infração em 21/03/2000, com os enquadramentos legais descritos nos mesmos (fls.25 a 33): **Imposto de Renda Pessoa Jurídica** – R\$983.766,83; **PIS/REPIQUE** – R\$ 33.890,51 (os valores incluem multa de ofício e juros de mora calculados até 29/02/2000).

DA IMPUGNAÇÃO

A recorrente, tempestivamente, apresentou impugnação protocolada em 20/04/2000 (fls.35 a 56), alegando basicamente o seguinte.

O crédito tributário apurado se encontra em desacordo com princípios constitucionais e que a fiscalização não procedeu de forma como deveria em nenhum momento durante a ação fiscal, cometendo diversos erros formais.

E, “isso porque, analisando-se todos os atos praticados pela Repartição Fazendária, constata-se que a fiscalização não foi criteriosa na execução de suas funções, expondo o contribuinte a situação temerária, pois exige-se o adimplemento de obrigação fiscal sem que haja qualquer fundamento para tanto. Nesse diapasão, é certo afirmamos que a fiscalização (i) está exigindo o pagamento de quantia por decorrência de utilização de critério totalmente insubsistente, (ii) os balancetes mensais de redução/suspensão levantados pela Impugnante e juntados no Livro Diário não foram sequer solicitados e, muito embora tenham sido oferecidos à fiscalização, a mesma quedou-se inerte, e (iii) não procedeu sua análise sob a égide dos princípios da imparcialidade, impessoalidade, moralidade e legalidade, inerentes e essenciais à qualquer função administrativa”.

Informa que a recorrente adotou a forma de apuração anual do resultado, recolhendo mensalmente o imposto por estimativa, quando não optasse por levantar balancetes de suspensão/redução do imposto.

Alega que, tendo a empresa optado pela forma anual de apuração em dezembro de 1995, foi realizado o fechamento do exercício com o respectivo ajuste anual. Levanta um demonstrativo, partindo do “Lucro Contábil” após CSLL no valor de R\$ 346.903,43, com “Adições” no valor total de R\$ 1.133.856,79 e “Exclusões” no valor total de R\$ 1.124.969,38, resultando no Lucro Real no valor de R\$ 355.790,84.

Do lucro apurado informa que foram compensados 30%, ou seja, R\$106.737,25, com prejuízo fiscal de 1994, restando o lucro de R\$ 249.053,59, que redundou no Imposto de

Renda mais adicional de R\$ 69.168,76. Informa que este valor não foi recolhido, pois havia imposto a recuperar de exercícios anteriores, no valor de R\$ 16.071,34 e retenções de imposto sobre a renda na fonte sobre aplicações e projetos, no valor de R\$ 83.082,75. Com isso, de um valor a recolher para o fisco federal, resultou em um montante de R\$ 29.985,33 a ser restituído.

Anota que é necessário reconhecer algumas falhas na escrituração do “Livro de Apuração do Lucro Real” e na própria “Declaração de Ajuste Anual”, porém, esses equívocos não lesionaram o fisco. Esclarece que todos os atos necessários para sanar estas irregularidades estão sendo tomados pela recorrente, que irá reescreiturar o “LALUR” e apresentar a “Declaração de Ajuste Anual” retificadora. Alega que seria aceitável o estabelecimento de multa sancionatória por equívoco no cumprimento de dever instrumental, mas o estabelecimento de crédito tributário beira ao absurdo.

Quanto ao PIS-Repique informa que sendo a recorrente exclusivamente empresa prestadora de serviço deve pagar a contribuição para PIS utilizando como base de cálculo o imposto sobre a renda devido, aplicando a alíquota de 5%, porém, não tendo a recorrente auferido lucro no exercício, inexiste a base de cálculo da contribuição.

Quanto à “Taxa Selic”, argumenta que jamais este crédito poderia ser remunerado por meio desta taxa. Primeiramente porque a Lei que instituiu a SELIC só poderia incidir sobre fatos imponíveis ocorridos posteriormente à sua vigência. Segundo porque não poderia o fisco a prettexto de cobrar juros, adotar verdadeiro indexador monetário vinculado ao mercado de capitais.

Finalizando, insurge-se contra aplicação da multa de ofício, pois tem efeito confiscatório e é totalmente improcedente por ser desproporcional à realidade. Protesta pela posterior juntada do “Livro de Apuração do Lucro Real” oficialmente reescriturado e da “Declaração de Ajuste do Imposto Sobre a Renda” do exercício de 1995 retificadora.

DA DECISÃO DO DRJ e DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Em 04/11/2004 foi julgada a impugnação pela 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento – São Paulo/SP e por unanimidade de votos considerou procedente o lançamento, mantendo o crédito tributário da seguinte forma: R\$ 369.587,06 de IRPJ e R\$ 277.190,29 de multa; R\$ 12.732,18 de PIS/Repique e R\$ 9.549,13 de multa. Aproveitou o ensejo, para enfatizar que importa não é o interesse em retificar a declaração, mas a efetivação da declaração retificadora, sendo necessário o fundamento e a comprovação da retificação da declaração, conforme Acórdão DRJ/SPOI nº 6173, do qual a recorrente foi cientificada em 23/08/2006 (fl. 173), e que é ementado nos seguintes termos:

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 1995

Ementa: PREJUÍZO COMPENSADO INDEVIDAMENTE - Mantido o lançamento por não ter sido demonstrado na impugnação, com dados e documentos conciliáveis com os números apresentados na "Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica", que não houve a compensação indevida.

RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO – não basta solicitar a retificação de dados informados em declaração, há que se comprovar o alegado, sob pena de ser mantido o lançamento realizado com base nos elementos originariamente declarados.

AUTO REFLEXO – PIS/Repique - O decidido na esfera do imposto de Renda se aplica ao lançamento reflexo.

MULTA PUNITIVA – não cabe ao julgador administrativo afastar a aplicação de lei por suposto confronto com princípio constitucional. Esta competência é privativa do Poder Judiciário.

ACRÉSCIMOS LEGAIS. Efetuada a cobrança de juros de mora em perfeita consonância com a legislação vigente, não há base para retificar ou elidir os acréscimos legais lançados.

Do acórdão *a quo* a recorrente desafiou recurso, por meio do qual foram acostados novos documentos, esclarecendo os equívocos versados na declaração primitiva, bem como certas colocações feitas na peça inaugural. Com isso, pede a recorrente a apreciação da documentação apresentada e, assim, que se afaste o lançamento realizado, em razão da inexistência de valores a serem cobrados a título de IRPJ no ano-calendário 1995, como ora se prova, e por consequência seja afastada também a exigência da contribuição ao PIS.

É o relatório.

Voto

Conselheiro MARCOS TAKATA, Relator

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade. Dele, pois, conheço.

Nota-se que a questão controvertida se fixou na glosa da compensação feita na apuração do lucro real do ano-calendário de 1995, de prejuízos mensais apurados no curso desse mesmo ano-calendário em balanços de suspensão e redução do IRPJ, no valor total de R\$ 1.018.574,58. Embora no Termo de Verificação Fiscal se consigne o valor de R\$ 1.084.574,00 (fl. 07), vê-se que o valor efetivamente glosado e que servira de base tributável foi de R\$ 1.018.574,58, conforme fls. 25 e 28 do processo.

Já na fase recursiva, a recorrente juntou cópia da retificadora da DIRPJ/96 (ano-calendário de 1995), apresentada em 15/05/00.

Na retificadora da DIRPJ/96, percebe-se que não mais figura a compensação dos prejuízos mensais do ano-calendário de 1995: o que há é a compensação de prejuízo fiscal de ano-calendário anterior, no valor de R\$ 75.340,93, e que não supera os 30% do valor do lucro real antes de tal compensação (fl. 260).

A bem ver, o que se constata na declaração retificadora é que a recorrente levou a efeito a correção de inúmeros equívocos encartados na declaração original. Assim, ressalto: na declaração original, que serviu de base para o auto de infração, não se apura lucro real (fl. 242). Já, na retificadora, há a apuração de lucro real no montante de R\$ 280.449,91, resultando no IRPJ devido de R\$ 82.166,45 (fls. 260 e 261). Também, na declaração original a compensação de prejuízos de ano anterior era de R\$ 106.946,48 (fl. 242), enquanto a compensação de prejuízo de ano anterior ficou reduzida para R\$ 75.340,93.

Nesse passo, insta registrar que, para se chegar ao valor de lucro real de R\$ 280.449,91, houve um aumento no valor das exclusões e uma redução no valor das adições, em relação ao declarado originariamente. Na declaração original o total das exclusões era de R\$ 767.499,53 (fl. 242), e na retificadora o total de exclusões passou a ser de R\$ 1.124.959,38 (fl. 260). Na declaração original o total das adições era de R\$ 2.032.434,49 (fl. 242), e na retificadora o total das adições passou a ser de R\$ 1.133.856,79 (fl. 260).

Como já acentuado no início, a questão controvertida fora fixada na glosa da compensação de prejuízos mensais do ano-calendário de 1995, na apuração do lucro real desse mesmo ano-calendário.

Nota que as exclusões corrigidas mediante a retificadora resultam devidamente comprovadas, inclusive quanto aos lançamentos contábeis de tais valores, e registro no Lalur, conforme fls. 272 a 281, 387 a 394, 399, 441 a 459, do processo.

Cuidam de valores que a legislação, com efeito, permite sua exclusão: receitas de prestação de serviços a entes estatais (diferimento de sua tributação por regime de caixa), reversão de provisão de impostos adicionada em 1994, e reversão de provisões de IRPJ e CSL de 1994.

Também, vejo que a redução das adições processadas na retificadora foram comprovadas, inclusive quanto aos lançamentos contábeis e ao registro no Lalur, conforme fls. 273 a 281, 383, 387 a 391, 403, 405 a 439.

Dizem respeito a excesso de valor de retirada pelos sócios, ao recebimento dos valores de receitas de prestação de serviços a entes estatais que haviam sido diferidos, e a despesas indevidáveis.

Reitere-se que não há mais a compensação de prejuízos mensais de 1995 no valor de R\$ 1.018.574,58. O que há é a compensação de prejuízo de ano anterior, que não fora questionada pela fiscalização, reduzida de R\$ 106.946,48 para R\$ 75.340,93.

Na declaração retificadora constam as deduções de IRPJ no valor total de R\$ 99.154,09, correspondente a IRF de R\$ 49.987,81 e de IRPJ mensais por estimativa de R\$ 52.166,28. Com isso, resultou um saldo negativo de IRPJ de R\$ 16.987,64, pois o valor do IRPJ devido fora de R\$ 82.166,45. Conforme a recorrente, os valores de IRPJ mensais por estimativa foram pagos por compensação com saldos de IRF.

Diante de todo o quadro exposto, voto por baixar o processo em diligência para que seja verificado se, tal como consta na escrituração contábil da recorrente, ela sofrerá a retenção de IRF no montante de R\$ 99.154,09, no ano-calendário de 1995, incluindo a comparação com o total das retenções de IRF declaradas nas DIRF's das fontes pagadoras relativos a esse ano-calendário.

Após, reabrir prazo de 30 (trinta) dias, para que a recorrente, se quiser, se manifeste acerca do relatório resultante da diligência.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2009.



MARCOS TAKATA